

# *A solução para o caso do México*

MICHEL CICUREL

A calma relativa que reina nos mercados internacionais de capitais faz lembrar este aforismo de Nietzsche: "A desgraça não se aproxima com estardalhaço, mas com o ruído abafado do saltitar de uma pomba".

Há pouco mais de dois anos, as dificuldades financeiras do México, um dos maiores devedores em dólares do Terceiro Mundo, abalaram a confiança da comunidade financeira internacional na capacidade do sistema de resistir a tais choques. Confesso que, de minha parte, não participei da ansiedade geral, muito simplesmente porque o alarma mexicano representou um papel estranhamente salutar e porque, alertadas e tornadas responsáveis pela perspectiva do cataclismo financeiro, as partes credoras e os processos existentes encontraram de repente saídas rápidas e eficazes. Hoje, a situação parece tranqüila, melhor, sob vários aspectos, do que a do segundo semestre de 1982. No entanto, tenho a impressão de que nunca foi tão ameaçadora. "A desgraça não se aproxima com estardalhaço..."

Recordemos o contexto no qual ocorreu o caso mexicano. A euforia dos diferentes participantes do jogo da dívida internacional não diminuiu. Os bancos comerciais, depois de algumas hesitações no início de 1981, haviam retomado sua atividade de crédito internacional, que se desenvolvia, desde 1974, ao ritmo espetacular de 20 a 30% ao ano. Esse mercado, muito competitivo, permitia a quem pedia empréstimos obter o que queria sem a mínima condição, e levava o que emprestava a assumir um máximo de riscos para melhorar sua parte do bolo.

Ao mesmo tempo, as autoridades governamentais de certos países credores revelavam uma cegueira assombrosa. Os dois primeiros anos do mandato de Reagan haviam sido marcados nos Estados Unidos pela influência sem restrições de teses liberais triunfantes e um tanto irresponsáveis. Era preciso reduzir as despesas do Estado? Começava-se por sacrificar a ajuda ao Terceiro Mundo, encarada como uma espécie de Segurança Social internacional, perpetuando os papéis de assistentes e assistidos. Segundo essa ideologia, os fluxos de capitais privados — investimentos diretos ou créditos dos bancos comerciais — eram de natureza muito mais racional (do que não há, com efeito, nenhuma dúvida) e deviam bastar para satisfazer as necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento (o que, em compensação, é muito contestável).

Essas teses eram válidas não apenas para a ajuda bilateral, mas também para a ajuda multilateral. É a época em que, nas reuniões do "grupo dos dez" (os dez países mais ricos que governam o FMI), os representantes da França mal dissimulavam sua ironia quando insistíamos na necessidade urgente e imperiosa de um FMI de grandes proporções. Só o Japão, embora militar e politicamente dependente dos Estados Unidos, constituía uma tímida exceção. Essa suspensão dos financiamentos públicos a condições privilegiadas levou inevitavelmente a um grande crescimento, por parte dos bancos comerciais, da dívida do Terceiro Mundo.

Tratando-se, enfim, dos países em desenvolvimento, estes conduziam seus negócios de maneira irresponsável, deixando a distância entre o crescimento do serviço da dívida, de um lado, e os meios de pagá-la, do outro, aumentar perigosamente desde o segundo choque petrolífero. O coeficiente da dívida comparada com o PNB dos 17 principais devedores do Terceiro Mundo passou de 19,1% em 1975 para 25,8% em 1979 e para 34,2% em 1982.